



Intervencionismo estatal nas relações privadas e o Estatuto da Juventude: Uma análise principiológica a partir do Direito Empresarial

State interventionism in private relations and the Statute of Youth in Brazil: A principiological analysis from Business Law

Francisco Cavalcante de Sousa¹, Ana Mônica Medeiros Ferreira²

RESUMO - O artigo discute o Estatuto da Juventude, instituído pela Lei nº 12.852/2013, e seus reflexos jurídicos no Direito Empresarial com o intervencionismo estatal no domínio econômico privado, por meio de uma análise principiológica. De maneira geral, busca-se identificar de que modo a vigência desse marco normativo intervém nas relações privadas, especificamente a partir do direito de meia-entrada para acesso a eventos artístico-culturais e esportivos e a reserva de vagas a jovens de baixa renda nos veículos do sistema de transporte coletivo interestadual. Em um segundo momento, analisa-se a relação com os princípios do Direito de empresa, quanto à função social, livre-iniciativa, dignidade humana, soberania nacional econômica e defesa do consumidor. Com esse marco normativo, as empresas passam a ver os jovens como detentores de direitos e não apenas como instrumentos para obtenção de lucro, pois elas passam a serem estimuladas a fomentar o desenvolvimento de políticas públicas e impulsionar o acesso a serviços e produtos. Portanto, considera-se que o Estatuto da Juventude desponta como uma legislação que possibilita à empresa e as sociedades empresariais múltiplas opções para a sua interação social e expansão com valores constitucionais, comunitários e sociais, auxiliando ainda na estruturação das políticas públicas destinadas às juventudes brasileiros.

Palavras-chave: princípios, Estatuto da Juventude, intervencionismo estatal, relações privadas.

ABSTRACT - This paper discusses the Youth Statute in Brazil, instituted by Law 12.852/2013, and its legal reflexes in Business Law with state interventionism in the private economic domain, through a principiological analysis. In general, it seek to identify how the regulatory framework takes effect in private relations. Specifically, from the right of half-price access to artistic, cultural and sports events and the reservation of places for low-income youth vehicles of the interstate public transportation system. In a second step, the relationship with the principles is analyzed, as regarding social function, free enterprise, human dignity, national economic sovereignty and consumer protection. With this normative framework, companies start to see young people as rights holders and not only as instruments for making a profit, as they start to be stimulated to promote the development of public policies and boost access to services and products. Therefore, it is considered that the Youth Statute emerges as a legislation that allows the company and business societies multiple options for their social interaction and expansion with constitutional, community and social values, also helping to structure public policies aimed at Brazilian youth.

Keywords: principles, The Statute of Youth, state interventionism, private relationships.

¹ Graduando do Curso de Direito da Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - RN e Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC. E-mail: franciscocavalcante@alu.uern.br;

² Professora da Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - RN, Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - RN, Doutoranda em Direito Público pela Faculdade de Direito da Universidade do Porto - FDUL e Mestre em Direito Constitucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – RN. E-mail: anamonica@uern.br.